

Qual o melhor remédio para a recessão? Economistas discordam.

O economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e diretor do Banco Boavista, José Júlio Senna, ao falar ontem como orador convidado do almoço de despedida do cônsul Carlo Callia, na Câmara de Comércio Italiana, em São Paulo, apontou a inflação como a principal causa da recessão prolongada no País. Mas em Belo Horizonte, o economista Tito Ryff, também da FGV, afirmava que apenas a contenção do ritmo inflacionário — embora imprescindível — não significará a retomada do crescimento.

Para Ryff é um grupo de economistas, formado por Paulo Nogueira Júnior, Luiz Corrêa do Lago e Margareth Hanson Costa, todos da FGV, embora apontem a queda da inflação como condição necessária, sustentam que, além de seguir uma política antiinflacionária, é preciso renegociar as condições de pagamento da dívida externa, pois sem a extensão dos prazos e redução das taxas de juros nos créditos cobrados ao Brasil fica difícil conter a inflação e retomar o crescimento econômico.

O grupo de técnicos, que montou um diagnóstico da inflação brasileira, sugere, no caso do desequilíbrio das contas do governo, a adoção de duas iniciativas: a contenção das despesas, mais por redução da expansão dos financiamentos subsidiados à agricultura e à exportação do que pela diminuição dos investimentos públicos; e a elevação da carga tributária, "sobretudo num contexto de reforma para aumentar a justiça social".

304 Recessão e Inflação

José Júlio Senna explicou que discorda de outras teorias a respeito da recessão, como a que atribui sua causa à contração da oferta monetária ou às diretrizes impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

— Não é verdade. Em relação ao FMI, quando o Brasil recorreu a esse organismo, em 82, já vivia um período recessivo que se iniciara em 81. E, em 83, o País nem chegou a cumprir as metas do FMI, depois de maio, pelo que se vê que também aí não está a raiz do problema.

Segundo ele, nenhum país consegue crescer com elevados níveis históricos de inflação:

— Quando a inflação norte-americana atingiu 14%, em 1981, a economia dos Estados Unidos entrou em recessão porque essa

era sua taxa inflacionária mais alta. Foi essa inflação que levou a incerteza às empresas, e não o aumento das taxas de juros.

A inflação também desorganiza a relação de preços, observou o economista, tornando difícil distinguir o caro do barato, tanto para o consumidor comum como para as empresas, o que distorce os padrões de consumo da sociedade.

— Em segundo lugar — disse —, há o aumento do grau de incerteza provocado pela mudança nas regras do jogo, como fator determinante da recessão. Só na política cambial tivemos seis mudanças nos últimos 12 meses e, agora em janeiro, uma nova surpresa, quando a correção cambial não acompanhou os critérios seguidos em outubro, novembro e dezembro.

Continuando seu raciocínio, Senna ressaltou que o crescimento da economia só acontecerá com a inflação debelada e com as regras do jogo macroeconômico mais estabilizadas. Para ele, no Brasil, como já aconteceu em outros países, a inflação começou a evoluir descontroladamente quando o governo perdeu o controle sobre os gastos públicos.

— Também aqui a culpa da inflação não é do preço do tomate, ou outro item do gênero. Não adianta querer olhar os itens acima da média para explicar a inflação. Como o índice inflacionário é uma média, sempre haverá aumentos acima e aumentos abaixo, e não é isso que explica o conjunto.

Senna acha que a economia brasileira só melhorará "quando o balanço da empresa Brasil melhorar". Para ele, esse balanço continua mostrando uma empresa em perigo, um perigo que não será afastado com o fechamento de empréstimos-jumbo, que não prevêm nem o que acontecerá se houver uma nova alta de juros internacionais. Comparando os números brasileiros com os de países endividados, como o México e a Argentina, Senna acha que a situação aqui é mais delicada e vulnerável, e que o Brasil é o único país, entre os mencionados, que depende de dinheiro novo a curto prazo.

Em relação ao mercado financeiro, disse que espera um novo aperto no crédito, consequência de uma inevitável falta de liquidez. O governo, ele acha, deverá optar mais fortemente pelo corte de subsídios do que pela colocação de papéis, para cumprir seu compromisso trimestral de diminuição do déficit público.